



ELO ENGENHARIA LTDA

desde 1975



Carta nº 092/2015 – ADM-BVB

Boa Vista, 06 de Novembro de 2015.

Ilmo. Senhor

FRANCISCO DE JESUS DA SILVA ARAÚJO

Presidente da Comissão Especial de Licitação

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Ref: CONCORRÊNCIA Nº 01/2015 - Contratação de empresa especializada para execução da obra de construção do edifício sede da Procuradoria da República no Município de Boa Vista no Estado de Roraima.

Prezado Senhor,

A Empresa **ELO ENGENHARIA LTDA**, CNPJ - 04.332.052/0001-16 com sede na Avª Duque de Caxias, Nº 978, Manaus - Amazonas, vem por meio de sua equipe técnica apresentar alguns apontamentos acerca da CONCORRÊNCIA Nº 01/201, cujo objeto é: Contratação de empresa especializada para execução da obra de construção do edifício sede da Procuradoria da República no Município de Boa Vista no Estado de Roraima, sendo esses elencados a seguir:

Tendo como base o TC 036.076/2011-2 que culminou no ACÓRDÃO N. 2.369/2011, onde são dadas as diretrizes a cerca da elaboração da composição da Bonificação de Despesas Indiretas – BDI sendo sua descrição sumaria reproduzida a seguir:



ELO ENGENHARIA LTDA

desde 1975



Sumário: administrativo. Conclusão dos estudos desenvolvidos pelo grupo de trabalho interdisciplinar constituído por determinação do acórdão n. 2.369/2011 – plenário. Adoção de valores referenciais de taxas de benefício e despesas indiretas – BDI para diferentes tipos de obras e serviços de engenharia e para itens específicos para a aquisição de produtos. Revisão dos parâmetros que vêm sendo utilizados pelo tribunal de contas da união por meio dos acórdãos ns. 325/2007 e 2.369/2011, ambos do plenário.

No corpo deste são desmiuçado os índices e metodologias para a obtenção das taxas que compõem o BDI, assim como os itens que devem compor o mesmo, tais como: **Administração Central, Risco, Seguros, Garantias, Despesas Financeiras, Lucros e encargos na esfera Municipal e federal**, além destes também foram excluídos do BDI impostos de natureza personalistas tais como RPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica - e a CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - não se consubstanciam em despesa indireta passível de inclusão na taxa de Bonificações e Despesas Indiretas - BDI do orçamento-base da licitação, haja vista a natureza direta e personalística desses tributos, que oneram pessoalmente o contratado (reproduzido ACORDÃO 2622-2013 TCU).

Tendo como alicerce o ACORDÃO 2622/2013, serão expostos argumentos com relação ao volume orçamentário fornecido no projeto executivo, **Anexo II do edital 01/2015**, mais precisamente com relação à composição do BDI de serviços apresentada, sendo essa reproduzida a seguir:



ELO ENGENHARIA LTDA

desde 1975



Item	BONIFICAÇÃO DE DESPESAS INDIRETAS - BDI		ADOTADO MPF
1	RISCOS	R	1,27%
2	SEGUROS	S	0,50%
3	GARANTIAS	G	0,30%
4	DESPESAS FINANCEIRAS	DF	1,23%
5	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	AC	4,00%
6	LUCRO	L	8,00%
7	COFINS	I	3,00%
8	PIS		0,65%
9	CPRB		2,00%
10	ISS		2,00%
Fórmula:	$BDI = \left\{ \frac{[(1+(R+S+G+AC)) \cdot (1+DF) \cdot (1+L)] - 1}{1 - (I)} \right\} \times 100$	BDI	25,57%

O ACORDÃO 2622/2013 estabelece limites para cada item que compõe o BDI, porém se seguimos as orientações da portaria interministerial 507/2011 no seu Art. 30. O preço de referência é o parâmetro de admissibilidade do concedente para aprovação do preço orçado e do contratado.

§ 1º O custo de referência será obtido a partir de composições de custos unitários, previstas no projeto, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, mantido e divulgado, na internet, pela Caixa Econômica Federal, e, no caso de obras e serviços rodoviários, à tabela do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias - SICRO.

§ 2º O percentual do BDI de referência aceitável deverá ser estabelecido pela concedente.

Tendo como analogia que os índices do **BDI** representam custos indiretos ao empreendimento, entendemos ser razoável a adoção dos índices referentes à mediana das taxas propostas como limites pelo TCU e tendo em vista os índices adotados pela equipe técnica contratada pelo MPF este também compactua com esse conceito, logo tendo como base a composição apresentada elaboramos um check list dos índices apresentados conforme tabela apresentada a seguir:

Item	DEFINIÇÃO DE DESPESAS INDIRETAS - BDI		ADOTADO MPF	MÉDIA SURGERIDA ACORDÃO 2622/2013	OBS	
1	RISCOS	R	1,27%	1,27%	Adotado a mediana	
2	SEGUROS	S	0,50%	0,80%	No acórdão 2622/2013 os itens são conjulgados conforme tabela apresentada:	
3	GARANTIAS	G	0,30%			
4	DESPESAS FINANCEIRAS	DF	1,23%	1,23%	Adotado a mediana	
5	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	AC	4,00%	4,00%	Adotado a mediana	
6	LUCRO	L	8,00%	8,00%	tributação custo oficial	
7	COFINS	I	3,00%	3,00%	tributação custo oficial	
8	PIS		0,65%	0,65%	tributação custo oficial	
9	CPRB		2,00%	2,00%	tributação custo oficial	
10	ISS		2,00%	3,00%	custo diverge da LEI Nº 1223 - 09 O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA RR	
Fórmula:	$BDI = \left(\frac{[(1+(R+S+G+AC)) \cdot (1+DF) \cdot (1+L)] - 1 }{1 - (1)} \right) \times 100$		BDI	25,57%	26,95%	BDI CALCULADO CORRIGIDO

Podemos observar que os índices apresentados como referencia no projeto executivo, estão de acordo com O ACORDÃO 2622/2013, porém quando observamos a legislação Municipal com relação à tributação **Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISQN**, estabelecido pela Lei nº 1223 – 09 O Código Tributário do Município De Boa Vista – RR, o índice apresentado 2% diverge da legislação Municipal conforme tabela I extraída da lei nº 1223.



ELO ENGENHARIA LTDA

desde 1975



7 - Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres:		
7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres;	5	260
7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS);	3	-

Logo tendo como base os argumentos expostos e a comprovação da tributação através da legislação apresentada (Lei nº 1223 – 09 O Código Tributário do Município De Boa Vista – RR) , **Solicitamos o realinhamento do percentual do BDI de 25,57% para 26,95%**, percentual recalculado corrigindo o índice referente ao ISSQN.

Respeitosamente,

Paulo Tadeu Brasil

Representante Legal

PROCURAÇÃO PÚBLICA BASTANTE QUE FAZ: ELO ENGENHARIA LIMITADA, na forma abaixo:

S A I B A M, quantos esta pública procuração bastante virem que, **aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e treze (09/04/2013)**, nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, neste Serviço Notarial na **Avenida Presidente Castelo Branco, nº 1.113, Bairro da Cachoeirinha**, perante mim, Escrevente de Notas compareceu como outorgante a empresa **ELO ENGENHARIA LIMITADA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 978, Bairro da Praça 14 de Janeiro, Manaus-Amazonas, com sua última Alteração com Consolidação Contratual arquivada na Junta Comercial do Estado do Amazonas - JUCEA, sob o nº 308207, Protocolo 07/007730-4, em data de 23/03/2007, inscrita no C.N.P.J. sob o número 04.332.052/0001-16, e sua filial estabelecida à Avenida Benjamim Constant, nº 887, Centro, Boa Vista-Roraima, inscrita no C.N.P.J. sob o número 04.332.052/0004-69, neste ato representada por seus sócios **CARLOS SALUSTIANO DE SOUSA COELHO**, brasileiro, casado, empresário, nascido em 13/03/1946, nesta Cidade de Manaus/AM, filho de Clóvis Coelho e Francisca Elzika de Sousa Coelho, portador da Cédula de Identidade de nº 0131772-5, expedida pelo SSP-AM, em 13/07/2007, inscrito no CPF/MF sob o nº 013.284.842-20, residente e domiciliado na Avenida Djalma Batista, Conjunto Jardim Haydea III, Casa 26, Bairro da Chapada, nesta Cidade de Manaus/AM; e **SANDRA DI SOUSA COELHO**, brasileira, casada, empresária, nascida em 25/07/1948, na cidade de Manaus/AM, filha de Cláudio Coelho e Aracy Ferreira Coelho, portadora da Cédula de Identidade de nº 0126593-8, expedida pelo SSP/AM, em 14/08/2009 e inscrita no CPF/MF sob o nº 418.518.462-04, residente e domiciliada na Avenida Djalma Batista, Condomínio Haydea III, nº 26, bairro Chapada, nesta cidade de Manaus/AM. A presente é reconhecida por mim como a própria pelos documentos que me foram exibidos, e de cuja identidade e capacidade jurídica para o ato dou fé. Então, pelo representante da empresa outorgante, me foi dito que por este instrumento nomeava e constituía como seu bastante procurador **PAULO TADEU BRASIL**, brasileiro, casado, engenheiro civil portador da Cédula de Identidade de nº 11848, expedida pelo SSP/RR, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.400.336-04, residente e domiciliado na Avenida Benjamim Constant, nº 887, Centro, na Cidade de Boa Vista/RR, com amplos poderes para representá-la junto a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, Superintendência de Negócios/RR, podendo abrir, movimentar e liquidar contas de depósitos, de qualquer espécie ou modalidade, vender, ceder e dar em alienação fiduciária ou em hipoteca em qualquer grau o imóvel sito no **lote nº 294 (antigo lote nº 03), Quadra nº 56 (antiga Quadra nº 128-B), matrícula nº 5970, Bairro Vicente, em Boa Vista, Roraima**, transmitir domínio, direito, ação e posse, a responder pela evicção de direito, liquidar dívida hipotecárias, fiduciárias e tributos fiscais que incidam sobre o dito imóvel, ajustar o preço de venda, da cessão o valor da hipoteca/alienação, receber, passar recibo e dar quitação irrevogável do preço ou valor, assinar opção de compra e venda, assinar e endossar cheques, dar se necessário, referido imóvel em garantia de alienação fiduciária ou hipotecária, do mútuo a ser contraído na Caixa Econômica Federal, combinar cláusulas e condições assinando os contratos necessários, inclusive de rerratificação, podendo também prestar as declarações exigidas pelo decreto nº 93.240/86, enfim, praticar os atos necessários ao fiel desempenho deste mandato, podendo substabelecer, comprometendo-se a outorgante vendedora, a dar tudo por bom, firme e valioso. (Conforme minuta apresentada). **A parte outorgante declara haver fornecido todos os elementos necessários à lavratura do presente, conferindo-os, lendo todo o ato e assumindo exclusiva responsabilidade, civil e criminal, por eventual erro ou inexactidão dos mesmos.** Dispensadas as testemunhas na forma da Lei. Assim o disse do que dou fé, e me pediu este instrumento, que lhe li, aceitou e assina. Eu, (a.a) Mayara Cristina de Medeiros, auxiliar de notas a digitei. Eu(a.a) Alessandro Souza da Silva, Escrevente de Notas, lavrei, li e encerro o presente ato colhendo a(s) assinatura(s). E eu, (a.a) Danilo Augusto Mendes Batista, Tabelião, dou fé assino e subscrevo **CARLOS SALUSTIANO DE SOUSA COELHO, SANDRA DE SOUSA COELHO**. Nada mais. Traslada em seguida. Eu, Alessandro Souza da Silva, Escrevente de Notas, extraí conferi, dou fé e assino em público e raso. "Válido somente com o selo eletrônico de fiscalização e controle" (§ 4 Resolução 12/2005)*****

SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TJAM Nº AP924270-14 -NOTARIAL - Data/Hora da utilização:09/04/2013 11:27; Valores cobrados pelo ato: Emolumentos : R\$ 36,60 + FUNETJ R\$ 3,66 + FUNDPAM R\$ 1,83 = Total R\$ 42,09 Código de validação 68DF-4DAF-2D44-0A41. Consulte a autenticidade do selo em www.seloam.com.br

**EM TESTEMUNHO****DA VERDADE**

Alessandro Souza da Silva
Escrevente de Notas

